



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: 20/08/2019

Aprovado em: 24/08/2019

Editor Respo.: Veleida Anahi - Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.10.12>

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DOS NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR DE ESCOLARIDADE/ SEXUALITY EDUCATION: CONCEPTIONS OF SECONDARY AND UNIVERSITY STUDENTS/ EDUCACIÓN SEXUALIDAD: CONCEPCIONES DE ESTUDIANTES SECUNDARIOS Y UNIVERSITARIOS

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

NARLA MOTA JUNIOR, RICARDO SANTOS DO CARMO

RESUMO

Na literatura, há um debate acerca dos significados envolvidos nas definições de “educação sexual”, “orientação sexual” e outras expressões para tratar de tópicos da sexualidade. Neste artigo, defendemos o uso da expressão “educação para a sexualidade”. Através de metodologia mista, buscamos conhecer sobre aspectos da sexualidade de estudantes do ensino médio e de estudantes do ensino superior. Por exemplo: a faixa etária de início da vida sexual, o uso de métodos preventivos nas relações sexuais, as fontes de informações consideradas nas decisões da vida sexual. Concluimos que as estudantes iniciam a vida sexual mais tardiamente do que estudantes. Ademais, independentemente do gênero e da escolaridade, **a maioria refere evitar gravidez como única razão para o uso de preservativos na primeira relação sexual. Por fim, destacamos que os professores foram lembrados em primeiro lugar no papel de orientação.**

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade. Comportamento sexual. Adolescência.

ABSTRACT

In the literature, there is a debate about the meanings involved in the definitions of “sex education”, “sexual orientation” and other expressions to address topics of sexuality. In this article, we advocate the use of the term “sexuality education”. Through a mixed methodology, we seek to know about the sexuality aspects of high school students and higher education students. For example: the age range of early sexual life, the use of preventive methods in sexual relations, the sources of information considered in sexual life decisions. We conclude that students initiate sex later than students. In addition, regardless of gender and education, most report avoiding pregnancy as the sole reason for using condoms at first sexual intercourse. Finally, we point out that teachers were first remembered in the guiding role in sexuality education topics for decision making.

Keywords: Gender and Sexuality. Sexual behavior. Adolescence.

RESUMEN

En la literatura, hay un debate sobre los significados involucrados en las definiciones de "educación sexual", "orientación sexual" y otras expresiones para abordar temas de sexualidad. En este artículo, abogamos por el uso del término "educación sexual". A través de una metodología mixta, buscamos conocer los aspectos de sexualidad de los estudiantes de secundaria y de educación superior. Por ejemplo: el rango de edad de la vida sexual temprana, el uso de métodos preventivos en las relaciones sexuales, las fuentes de información consideradas en las decisiones de la vida sexual. Concluimos que los estudiantes inician el sexo más tarde que los estudiantes. Además, independentemente del género y la educación, la mayoría informa que evita el embarazo como la única razón para usar condones en la primera relación sexual. Finalmente, señalamos que los maestros fueron recordados por primera vez en el papel guía.

Palabras clave: Género y sexualidad. Comportamiento sexual. Adolescencia.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o tema da educação sexual assume posição mais central na sociedade entre as décadas de 1920 e 1930 com foco na saúde das mulheres. A principal motivação, na prática, era garantir a reprodução saudável e reprimir atitudes femininas vistas como imorais na época (BRUSCHINI; BARROSO, 1986). Olhando para trás, desde uma perspectiva antropológica, entendemos que as discussões sobre educação sexual eram dominadas pelos médicos (embora educadores também participassem) e repercutiam a antiga ideia de que as mulheres, sendo dotadas de paixões desenfreadas, necessitavam de um aprendizado moral com foco na castidade. Isso é coerente com o fato de que a igreja católica exercia forte influência nos diferentes setores sociais, de modo que, até a década de 1960, participava da definição dos conteúdos dos currículos escolares. A igreja católica atrasou a incorporação das questões sobre sexualidade pelas escolas. Contudo, recuperar os episódios para um esboço da história da educação sexual no Brasil implica ter em conta as decisões políticas durante os anos de 1960 e 1970 marcados pela repressão militar. Naquele contexto, aconteceram incidentes nas primeiras tentativas de educação sexual nas escolas que prejudicaram a visão acerca do assunto.

Antes de tratarmos desses incidentes, consideramos relevante realizar uma breve explicação de natureza conceitual sobre o significado da expressão “educação para a sexualidade”. Em vez da comum expressão “educação sexual”, preferimos organizar e realizar ações concertadas rumo a uma “educação para a sexualidade”. Essa decisão no artigo, embora possa parecer trivial ou cosmética na visão de alguns críticos, tem significado fundamental. Os equívocos entre o público em geral sobre o tema da sexualidade, no passado e no presente, cercam a primeira expressão, a “educação sexual”. Propostas de “educação sexual” costumam ter abordagem com ações limitadas ao campo único da biologia. Ao considerarmos os referenciais teóricos que sustentam ações em “educação para a sexualidade”, notamos a abertura de uma enorme avenida de assuntos, de interesses, e de leituras. Enquanto “educação sexual” vincula sexualidade apenas à promoção da saúde e prevenção de doenças preocupantes como AIDS, um projeto de “educação para a sexualidade” se compromete com questões mais amplas como as violências de gênero, sexual, misoginia e homofobia (XAVIER-FILHA, 2009; VARELA; RIBEIRO, 2017).

Como dissemos acima, podemos agora tratar de alguns casos de repercussão. Em Minas Gerais, no ano de 1963, um colégio colocou no currículo a abordagem de questões referentes à sexualidade para alunos do quarto ano do ginásio (hoje, o oitavo ano do nível fundamental). Os pais dos alunos reagiram mal às aulas e o colégio retirou qualquer atividade sobre o assunto em 1966. Alguns anos mais tarde, em 1968, no Rio de Janeiro, o Colégio André Maurois acolheu o pedido dos alunos para abordar aspectos da sexualidade nas aulas. Eram alunos a partir de onze ou doze anos os principais interessados. Como resultado, “criou-se um clima de grande liberdade na escola ao qual, porém, seguiu-se de uma crise que acabou resultando na exoneração da diretora, na suspensão de professores e na expulsão de alunos” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p. 20).

Ainda no contexto da década de 1970, outro caso que ajuda a recapitular o histórico de resistência à educação sexual nas escolas brasileiras é o da professora demitida em 1972 por influência do pai de uma aluna de um colégio particular de São Paulo. O pai, um ex-militar, soube que a professora estava desenvolvendo os debates sobre questões relacionadas à sexualidade a partir de um livro chamado “O caneco de prata”, do escritor João Carlos Marinho. O pai afirmou com indignação que se a escola não impedisse a professora, então ele iria “tomar providências”. A escola apoiou a professora, mas orientou ela a reduzir as atividades: apenas dar uma aula sobre o livro. De todo modo, um mês depois, a polícia foi à escola buscar a professora e a escola passou a ser vigiada. A fim de que a escola saísse da vigilância da polícia, a diretora buscou o ministro Jarbas Passarinho, ministro da Educação na época. Apesar disso, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) levou a professora e o autor do livro para serem interrogados. Durante todo o ano de 1973, a professora foi interrogada, sem direito a advogado, pelo DOPS. Em 1974, mesmo com as

explicações fornecidas ao órgão oficial, ela foi acusada de mau cumprimento dos deveres pela Secretaria de Educação. Assim, foi suspensa por quinze dias, com a decisão publicada no Diário Oficial de 25/10/1975 (ROSEMBERG, 1985). Esses casos evidenciam a repressão às propostas de educação sexual nas escolas na década de 1970, mas, mesmo nos anos 1980 e 1990, encontramos episódios de rejeição.

Um obstáculo colocado ao direito de aprender dos alunos nos assuntos que giram em torno da sexualidade ocorreu na cidade de Londrina, em que o professor de Ciências de uma escola estadual foi acusado, em outubro de 1992, de aliciamento sexual por pais seguidores da religião Testemunhas de Jeová (ver FIGUEIRÓ, 1998).

O contexto político nos anos 1970 foi mais duro para o ensino escolar de muitos assuntos e, no caso da educação sexual, o governo foi explícito em limitar os professores de Ciências e Biologia da época. Os professores de carreira mais longa podem lembrar do que ocorreu durante o Primeiro Seminário Latino-americano de Educação Sexual em 1976. A conselheira Edília Coelho Garcia levou a mensagem do governo vigente: “Realmente no Brasil, somos contrários às chamadas aulas de educação sexual” (ROSEMBERG, 1985, p. 15). Essa declaração do ano de 1976 é bastante semelhante às atuais determinações do governo Bolsonaro para que o Itamaraty, nas políticas multilaterais, combata o que superficialmente entende ser “ideologia de gênero”:

Bolsonaro menciona frequentemente o combate à “ideologia de gênero”. Em entrevista ao lado do presidente americano Donald Trump na Casa Branca, durante visita a Washington, o presidente afirmou: “EUA e Brasil são irmanados na fé em Deus, no combate à ‘ideologia de gênero’, ao politicamente correto e às fake news” (MELLO, 2019).

Os atos políticos de perseguição aos professores sobre os conteúdos e as abordagens de ensino no passado parecem ter algum impacto na sociedade atual, na medida em que encontramos opiniões que, por desprezo às políticas educacionais e às pesquisas científicas na área de educação, associam equivocadamente educação sexual à pornografia ou à “falta de vergonha” das escolas e professores. Uma das razões mais fortes para isso é que, por muito tempo, em nossa sociedade judaico-cristã, a sexualidade esteve associada à reprodução (no caso da mulher) e do prazer (no caso dos homens). Trata-se de uma ideia que estimula um discurso que reduz a sexualidade ao sexo, daí toda a interdição sobre os “pecados da carne”, uma norma religiosa de repressão que, em relação à vida da mulher, serve para sustentar significados restritos de mãe (mulher procriadora) e histérica (mulher nervosa).

Em suma, essa é uma das situações que merece enfrentamento para a compreensão de uma sexualidade saudável, o que se justifica ainda mais na adolescência, na medida em que a sexualidade é um dos elementos estruturadores da identidade da pessoa. Nesse sentido, o projeto aborda os fatores biológicos envolvidos na compreensão da sexualidade, já que se ancora nos “Parâmetros Curriculares Nacionais” para graduandos em Biologia, mas não resume tudo à biologia. Aliás, vale lembrar uma lição dos primeiros trabalhos a respeito: “Pretender interpretar a sexualidade unicamente do ângulo biológico é como assimilar a música em função exclusiva das ondas acústicas: a informação é objetiva, mas incompleta” (MASTERS *et al.*, 1988).

De acordo com Osório (1992), a adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo sobretudo como um elemento estruturador da identidade do adolescente. Diante disso, buscamos analisar as mudanças no comportamento dos jovens em relação a sexualidade na transição do colegial para a universidade. Assim, partimos do seguinte questionamento: ao ingressarem na universidade os jovens se posicionam de maneira diferente em relação à vida sexual? Desenvolvemos a pesquisa com a finalidade de comparar o nível de informação sobre sexualidade entre os estudantes do ensino médio

e os estudantes do ensino superior, bem como de verificar a ocorrência do uso de preservativos nas relações sexuais e os **motivos que levam os jovens a utilizarem ou não os preservativos**.

Esse artigo relata os resultados de uma pesquisa realizada para dar conta deste objetivo. Na próxima seção, serão apresentados os principais achados das pesquisas em educação para a sexualidade. Em seguida, explicaremos o desenho metodológico do estudo para que, depois, possam ser discutidos os resultados e tecidas algumas conclusões.

1.1 A Pesquisa na Área de Educação para a Sexualidade

A primeira relação sexual, considerada um marco na vida dos jovens, tem iniciado cada vez mais precocemente (HUGO *et al.*, 2011), e em vista disso, tem merecido atenção e cuidado. Preocupações sociais, demográficas e epidemiológicas sobre como os jovens relacionam-se sexualmente justificam políticas públicas de implementação da Educação Sexual nas escolas. Um exemplo claro é a entrada, na década de 1990, do tópico “orientação sexual” como um dos eixos transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). A expressão “orientação sexual” é utilizado no documento, mas seu significado é problemático, motivo pelo qual nos alinhamos à literatura mais recente na defesa de que a expressão “educação para a sexualidade” é preferível até mesmo à mais comum “educação sexual”. Nosso entendimento acerca das definições para esses conceitos estão em desenvolvimento em outras publicações, mas é possível antecipar nesse trabalho que, enquanto “educação sexual” vincula sexualidade apenas à promoção da saúde e prevenção de doenças preocupantes como Aids, um projeto de “educação para a sexualidade” se compromete com questões mais amplas como as violências de gênero, sexual, misoginia e homofobia.

No Brasil, a idade média da primeira relação sexual é de 14 anos para o sexo masculino e 15 anos para o sexo feminino (BORGES; SCHOR, 2005). Os melhores dados disponíveis dão conta de que as mulheres priorizam o sentimento na primeira relação sexual, isto é, praticam o ato sexual com pessoas que gostam afetivamente, elas impõem a necessidade de proteção a si mesmas. Em contrapartida, a experiência sexual masculina é vista como um ganho, que sustenta o poder da masculinidade (BORGES; NAKAMURA, 2009). De todo modo, os jovens tendem a não usarem preservativos no início de sua vida sexual e os principais motivos alegados para a não utilização de modo consistente são (i) não gostar de usá-los; (ii) confiar no parceiro e (iii) a imprevisibilidade das relações sexuais (PAIVA *et al.*, 2008).

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelecido no art. 2º, considera-se como adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. É nesta fase, na adolescência, que os jovens passam por diversas transformações sociais, emocionais, corporais, cognitivas e que iniciam a vida sexual (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Com o início precoce da vida sexual entre os adolescentes, ocorre também aumento de “ocorrências de gravidez na adolescência em jovens entre 10 e 19 anos, somado ao aumento da ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e à intensificação do consumo de drogas” (BRASIL, 2006, p. 9). Os adolescentes formam um grupo populacional de grande risco epidemiológico para as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e para uma gravidez precoce, principalmente pela baixa idade das primeiras relações sexuais, o não uso de preservativos e a variabilidade de parceiros (JARDIM e JARDIM *et al.*, 2013).

Vivemos numa época em que os excessos dos estímulos sexuais estão presentes por toda parte como em nenhuma outra época, e os adolescentes estão expostos a todo e qualquer tipo de influência. Durante muitos anos, e até mesmo nos dias atuais, as pessoas evitam discutir sobre sexualidade, mas sem boas razões:

Durante anos o tabu, o preconceito, o medo, o despreparo e os mitos

tomavam conta do tema sexualidade, é que a escola, especificamente, os professores camuflavam o assunto com as censuras sublimadas. Toda sociedade repudiava qualquer tentativa de insipiência no tocante desse assunto, que deveria ser reprimido para não corromper os adolescentes. Assim, essa cultura assolou de geração a geração (HENRIQUE *et al.*, 2014, p. 130).

Assim como muitos autores, entendemos que a educação para a sexualidade deve fazer parte das discussões presente nas escolas, não apenas através dos professores de ciências e de biologia, mas de maneira transversal entre os professores das diferentes áreas do conhecimento. As escolas, a partir dos PCN, têm a prerrogativa de educar para a sexualidade, conquanto as famílias estão envolvidas em tabus e nem sempre dominam os significados que as comunidades de pesquisa em educação têm esclarecido. Esse mesmo raciocínio é destacado por Altmann (2001, p. 571), ao considerar os PCN como um instrumento de política pública:

O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir desta proposta. De acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização. Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes.

A defesa do papel central do professor na entronização dos princípios de liberdade e de respeito às múltiplas formas de expressão, tanto na LDB quanto nos PCN, tem a ver com o reconhecimento da existência da diversidade de alunos na sala de aula. Em particular, a sexualidade está colocada como um tema transversal no ensino fundamental, de modo que os professores e a turma pensem e discutam as questões de interesse, sem perder de vista um pressuposto importante:

[...] O trabalho com orientação sexual supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressão da sexualidade, como atração homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo (PCN, 1998, p. 316).

Desta maneira, entre tópicos que os PCN endereçam ao professor é o ensino sobre a “diversidade de orientações sexuais”, reconhecendo a complexidade envolvida, já que se trata da interação de aspectos biológicos, históricos, filosóficos, sociais e psicológicos. Neste sentido, uma preocupação que os PCN compartilham com os professores é o do acolhimento e socialização dos alunos, isto é, uma preocupação com a dimensão sócioafetiva dos alunos. As orientações do PCN, a respeito disso, são coerentes com o argumento de Lipkin (1999) e Petrovic (1999) de que os estudantes têm direito a conhecer o corpo de conhecimentos científicos (das ciências biológicas, das ciências humanas) sobre diversidade de orientações sexuais. Ao longo do nível fundamental de escolaridade, considerando os PCN, os alunos devem ser capazes de: (1) respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; (2) compreender a busca do prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; (3) identificar e repensar tabus e preconceitos relacionados à sexualidade; (4) reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e feminino; (5) desenvolver consciência crítica e tomar decisões

responsáveis a respeito da sexualidade (PCN, 1998, p. 311).

A prática do sexo seguro, com o uso correto e frequente dos preservativos é possível quando o adolescente está munido de informações (SOUZA *et al.*, 2011). Os adolescentes que usam irregularmente a contracepção revelam atitudes negativas, tais como medo de interferência com o desempenho sexual e medo de que pareça haver premeditação do ato (CARMO; VAN DER SAND, 2004)

Em uma pesquisa de Jardins e Jardins *et al.*, (2013), que investigou adolescentes de ambos os sexos e faixa etária de 14 a 19 anos, os motivos encontrados que levam ao não uso de preservativos são (i) a falta de condições financeiras (9,1%); (ii) achar o uso desconfortável (27,3%); (iii) a diminuição do prazer na hora do ato sexual (27,3%); (iv) outros motivos, como não possuírem o preservativo perto para o uso ou por não se lembrarem de usar (36,3%).

Também são achados que merecem atenção os trazidos por Vieira *et al.*, (2004), que investigaram os fatores associados ao uso do preservativo em adolescentes do gênero feminino no município de Goiás. Os autores concluíram que as razões mais frequentes referidas para o não uso do preservativo foram: (i) confiança no parceiro; (ii) parceiro não gosta; (iii) redução do prazer; (iv) e quebra do clima da relação sexual. Em adição, há os fatores fortemente associados ao uso inconsistente do preservativo: (v) uso do contraceptivo hormonal; (vi) o estado civil casada ou união consensual; e (vii) uso de drogas ilícitas pelo parceiro antes das relações sexuais.

Alves e Brandão (2009) observaram que os principais motivos revelados pelos jovens de 18 a 24 anos entrevistados em sua pesquisa referem-se ao contexto do relacionamento, justificando que esse é um elemento determinante no uso ou não de preservativo pelos adolescentes, agravado pelas imposições que os papéis de gênero determinam aos jovens em suas performances afetivo-sexuais. Encontraram também forte associação entre o uso do preservativo e o sentimento de confiança na(o) parceira(o), ou o tempo de duração da relação.

Por fim, uma compreensão importante no campo da sexualidade é que as adolescentes, em geral, continuam sem capacidade de negociar o sexo seguro com os seus parceiros, expondo-se a riscos dos quais não têm adequado conhecimento (MARTINS *et al.*, 2006). Estamos convencidos de que precisamos continuar envidando esforços discutir questões de gênero na adolescência para diminuir o desequilíbrio de poder existentes entre eles, na linha do que Vieira *et al.* (2004, p. 82) defendem:

As políticas públicas devem incentivar nos adolescentes comportamentos e atitudes que promovam sua saúde sexual e reprodutiva, gerando atitudes responsáveis, permitindo que eles vivenciem sua vida sexual de maneira saudável e prazerosa. Também devem incorporar a noção de equidade de gênero e superar os preconceitos que cercam a sexualidade dos adolescentes e os papéis sociais de homens e mulheres perante a vida reprodutiva e sexual.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, ou seja, mista. Como bem destacam Sampieri *et al.* (2013, p. 550):

Os métodos de pesquisa mista são a integração do sistema metodológico dos métodos quantitativo e qualitativo em um só estudo, cuja finalidade é obter uma “fotografia” mais completa do fenômeno. Eles podem ser unidos de tal forma que a abordagem quantitativa e a qualitativa conservem suas estruturas e procedimentos

originais.

As pesquisas qualitativas possuem como característica a busca pela compreensão da vida dos participantes em suas condições reais, assim como o entendimento, compreensão e significados que os sujeitos atribuem aos fatos que cercam suas vidas. As condições contextuais dos participantes também são estudadas, ao passo que o contexto influencia intrinsicamente as vivências, as experiências e a constituição do próprio ser.

Assumimos, de acordo com Sampieri *et al.* (2013, p.376), que “o foco da pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir das perspectivas dos participantes em um ambiente natural em relação ao contexto”. Esse mesmo ponto de vista é defendido por Flick (2009, p. 62):

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos.

Já a pesquisa quantitativa deve ser a mais objetiva possível e deve evitar a influência das tendências do pesquisador, além disso, os estudos quantitativos seguem um padrão previsível e estruturado (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 44). Em outras palavras “a pesquisa quantitativa não necessita ser oposta à qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua” (CHIZZOTTI, 1998, p. 34).

2.1 Coleta de dados

O estudo utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário composto por onze questões objetivas e subjetivas. O questionário foi respondido pelos estudantes nas próprias escolas. Ao todo, a pesquisa contou com a participação de 40 estudantes, assim divididos: 20 estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Murilo Braga e 20 estudantes dos cursos de graduação (Química, Física, Sistema de Informação e Biologia) da Universidade Federal de Sergipe do Campus Professor Alberto Carvalho, ambas as instituições na cidade de Itabaiana (Sergipe). Os participantes envolvidos são maiores de dezoito anos de idade. Através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, todos que participaram foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo e assim puderam decidir sobre sua participação.

Os questionários aplicados não foram identificados, estando resguardados os nomes dos participantes de forma a garantir sigilo e confidencialidade às informações. Durante a coleta de dados, manteve-se a prática de lembrar os participantes sobre o caráter voluntário da participação e da possibilidade de optarem, a qualquer momento, por seguirem ou não na pesquisa, sem qualquer prejuízo ou penalização.

Em relação aos estudantes do ensino superior, aplicamos o questionário apenas aos discentes do sexto ao oitavo período. Esse procedimento tem em vista que a identidade universitária é uma construção que se torna mais sólida na reta final de conclusão de seus cursos. Esse recorte, então, distingue com mais clareza, de um lado, os saberes dos estudantes do nível médio de escolaridade, e, de outro lado, os saberes dos estudantes dos cursos de nível superior.

Os dados coletados pelos questionários foram organizados em categorias de análise, entendendo categorias como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero” (BARDIN, 1977, p. 177).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão dos dados analisados, tratamos inicialmente os resultados produzidos nos questionários respondidos pelos alunos do ensino médio, para posteriormente abordarmos os resultados obtidos com os estudantes do ensino superior. Além disso, comunicaremos antes os dados referentes aos estudantes do sexo masculino, e, em seguida, os dados acerca das estudantes do sexo feminino.

3.1 Ensino Médio: gênero masculino

Em relação ao estado civil dos 10 estudantes do sexo masculino do ensino médio, 90% declararam-se solteiros, enquanto 10% não revelaram. Além disso, todos os participantes, ou seja, 100% dos adolescentes, não possuem filho. Quando foram questionados se já tiveram relação sexual, 90% responderam que sim, enquanto apenas 10% ainda não deram início às atividades sexuais. A Tabela 1 resume esses achados.

Tabela 1. Início das relações sexuais dos(as) estudantes								
QUESTIONAMENTOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	Ensino Médio				Ensino Superior			
	Identidade de gênero				Identidade de gênero			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
Já teve relação sexual?	90% Sim	10% Não	50% Sim	50% Não	80% Sim	20% Não	50% Sim	50% Não
Utilizou algum método preventivo na primeira relação sexual?	70% Sim	20% Não	40% Sim	10% Não	70% Sim	10% Não	30% Sim	20% Não

Com o objetivo de conhecer acerca do início das atividades sexuais dos adolescentes do ensino médio, os estudantes foram questionados quando tiveram a sua primeira relação sexual. Dos 90% dos estudantes que responderam ao questionamento, 10% iniciaram aos 19 anos de idade, 10% aos 17 anos de idade, 20% aos 15 anos de idade e 50% aos 16 anos de idade. Esses dados revelam que a maioria dos adolescentes têm vida sexual ativa e que eles já iniciam por volta dos 15 anos de idade. A Tabela 2 sumariza esses resultados.

Tabela 2. Idade da primeira relação sexual dos(as) estudantes										
Nível de Escolaridade	Identidade de gênero	Idade que tiveram a primeira relação sexual (anos)								Virgens
		13	14	15	16	17	18	19	20	
Ensino médio	Masculino	-	-	20%	50%	10%	-	10%	-	10%
Ensino médio	Feminino	10%	-	10%	10%	20%	-	-	-	50%
Ensino Superior	Masculino	-	10%	10%	20%	30%	10%	-	-	20%
Ensino Superior	Feminino	-	10%	-	-	10%	10%	10%	10%	50%

Ainda no quesito que trata da

primeira
atividade sexual
dos
adolescentes, os
jovens foram
questionados se
na primeira
relação sexual
utilizaram algum
método
preventivo. Dos
estudantes que já
tiveram relação
sexual (90%),
70% alegaram
que utilizaram
preservativo
(camisinha),
enquanto 20%
não utilizaram
nenhum método
preventivo.
Apesar de
iniciarem a vida
sexual cedo, os
adolescentes do
sexo masculino
revelam
conhecer a
importância de
se prevenirem
durante as
relações sexuais,
visto que a
maioria faz uso
do preservativo
no ato sexual.
Em outra
questão, os
adolescentes
foram
perguntados
sobre qual dos
parceiros sugeriu
o uso do
método. Nessa
situação, 50%
informaram que
foram eles, os
adolescentes
masculinos, que
sugeriram, ao
passo que 30%
disseram que

foram suas
parceiras(os), e
10% não
responderam o
questionamento.

Além disso, os estudantes foram indagados se atualmente utilizam preservativos em suas relações sexuais e porque fazem ou não fazem uso frequente do preservativo. Em resposta, 70% dos estudantes informaram que fazem uso, enquanto 20% informaram que não utilizam. Como justificativa para o uso do preservativo, 60% utilizam para se prevenirem de doenças sexualmente transmissíveis e 10% para prevenirem uma gravidez. As próprias palavras dos estudantes explicitam as razões que motivam suas decisões:

E1: “Para evitar doenças” (grifo nosso).

E2: “Não quero ter filhos agora” (grifo nosso).

E3: “Prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis” (grifo nosso).

Esses resultados são coerentes com os achados de uma pesquisa realizada também com alunos de ensino médio das escolas estaduais do município de São Paulo (FIGUEIREDO *et al.*, 2008). No contexto investigado, a camisinha masculina é o método mais adotado pelos jovens, em que 61,6% afirmam utilizá-la em todas as relações sexuais, fundamentalmente porque é apontada como preventivo para a gravidez, principalmente entre mulheres, e, em segundo lugar, com o objetivo de prevenir as DST, incluindo a AIDS.

Em nossa investigação, todos os estudantes foram perguntados através de quais meios de informação obtiveram conhecimento sobre a importância de se prevenirem durante as relações sexuais. Para esse questionamento, 80% dos adolescentes disseram que se informaram primeiro através da TV, 50% por meio da escola, e 30% alegaram que através de campanhas públicas. De acordo com Oliveira *et al.*, (2009, p. 840), “a divulgação em massa contribui para a disseminação da noção de importância do uso do preservativo”. Esses dados colocam em relevo o papel da escola em ensinar sobre educação para a sexualidade, e dos meios de comunicação em informar através de seus recursos tópicos que contribuam para a cidadania.

3.2 Ensino Médio: gênero feminino

Em relação ao estado civil das 10 estudantes do sexo feminino do ensino médio, 90% declaram-se solteiras, enquanto 10% declaram-se casadas. Todas as participantes, ou seja, 100% das adolescentes não possuem filho, sendo que uma delas já sofreu aborto espontâneo. Quando elas foram questionadas se já tiveram relação sexual, 50% responderam que sim, enquanto 50% ainda não iniciaram a vida sexual. A Tabela 1 resume esses achados.

A fim de identificarmos o início das atividades sexuais das alunas do ensino médio, elas foram questionadas sobre quando tiveram a sua primeira relação sexual. Das estudantes que já tiveram relação sexual (50%), 10% iniciaram aos 13 anos de idade, 10% aos 15 anos de idade, 10% aos 16 anos de idade e 20% aos 17 anos de idade. As demais estudantes, isto é, 50% declararam-se virgens. A Tabela 2 sumariza esses resultados. Em nossa investigação, notamos que enquanto apenas 10% dos estudantes do sexo masculino não iniciaram a vida sexual, 50% das estudantes do sexo feminino não possuem vida sexual ativa.

Ainda buscando entender acerca da primeira atividade sexual das adolescentes, questionamos se

utilizaram algum método preventivo e, em seguida, perguntamos quem sugeriu o uso do método. Das estudantes que já tiveram relação sexual, 40% alegaram que utilizaram preservativo (camisinha), ao passo que apenas 10% não utilizaram nenhum método preventivo. Ao responderem de quem partiu a decisão de uso do preservativo no primeiro ato sexual, 20% afirmaram que elas mesmas decidiram, 20% disseram que seus parceiros decidiram, e 10% não respondeu essa questão especificamente.

Nessa pesquisa, notamos que a maioria das adolescentes (30%) utilizam preservativo com a justificativa de se prevenirem de doenças sexualmente transmissíveis e para não terem filhos, enquanto 20% afirmaram que não fazem uso de nenhum método preventivo. Observamos, por exemplo, nas falas de algumas participantes:

E4: “Prevenir gravidez indesejada” (grifo nosso).

E5: “Para não causar doenças sexualmente transmissíveis” (grifo nosso).

E6: “Por que eu não me dou bem com as pílulas ou camisinha”.

As adolescentes participantes (40%) dessa pesquisa reconheceram os professores da escola como principais responsáveis por esclarecerem sobre os temas de interesse da vida sexual. Para elas, a TV foi a segunda fonte de informação (30%), ao passo que as campanhas públicas (20%) e a internet (20%) alcançaram parte dessas adolescentes. A família (10%), por fim, foi reconhecida com o menor impacto na aprendizagem sobre sexualidade.

3.3 Ensino Superior: gênero masculino

Em relação ao estado civil dos 10 estudantes do sexo masculino do ensino superior, 100% declararam-se solteiros. Além disso, todos os participantes, ou seja, 100% dos alunos não possuem filho. Quando eles foram questionados se já tiveram relação sexual, 80% responderam que sim, enquanto 20% não iniciaram as atividades sexuais. A Tabela 1 resume esses achados.

Para produzir dados acerca do início das atividades sexuais dos participantes do ensino superior, eles foram questionados sobre quando tiveram a primeira relação sexual. Dos estudantes que já tiveram relação sexual (80%), 10% iniciaram aos 14 anos de idade, 10% aos 15 anos de idade, 20% aos 16 anos de idade, 30% dos estudantes aos 17 anos de idade e 10% aos iniciaram a vida sexual a partir de 18 anos de idade. A Tabela 2 sumariza esses resultados.

Na primeira relação sexual dos adolescentes, a maioria dos participantes (70%) utilizaram a camisinha com o objetivo de protegerem-se no ato sexual, enquanto 20% dispensaram o preservativo, e 10% preferiram não responder essa questão. Além disso, dos jovens que utilizaram a camisinha, 80% usaram por iniciativa própria, mas 20% não responderam de quem partiu a iniciativa de utilizar a camisinha no primeiro ato.

A pesquisa avançou para compreender também sobre a continuidade ou não do preservativo nas relações sexuais seguintes. Para se prevenirem de doenças sexualmente transmissíveis e evitar gravidez, 80% optam por esse método, e 20% dos participantes evitaram dar qualquer resposta a essa questão formulada. Observamos essas preocupações em alguns momentos nas falas dos participantes:

E7: “Evitar gravidez” (grifo nosso).

E8: “Por medo de doenças contagiosas” (grifo nosso).

Na pesquisa com universitários, também tratamos das influências de suas decisões referentes à vida sexual. De modo relevante, 80% dos estudantes universitários lembraram dos professores com que tiveram contato ao longo da trajetória escolar. A influência da TV foi sentida por 60% dos jovens universitários, em mesma proporção quando consideram as campanhas públicas veiculadas e as páginas disponíveis na internet.

3.4 Ensino Superior: gênero feminino

Semelhante aos dados obtidos com as participantes do ensino médio, a maioria (90%) das estudantes universitárias afirmaram que estão solteiras e metade (50%) disseram que ainda não realizaram relações sexuais. A Tabela 1 resume esses achados. Os resultados da pesquisa no que diz respeito à idade do primeiro ato sexual mostram padrão em que 10% das estudantes tiveram sua primeira relação sexual aos 14 anos de idade, 10% aos 17 anos de idade, 10% aos 18 anos de idade, 10% aos 19 anos de idade e 10% aos 20 anos de idade. A Tabela 2 sumariza esses resultados.

Percebemos que as mulheres que ainda estão no ensino médio iniciam as atividades sexuais aos 13 anos de idade, ou seja, mais cedo que aquelas que já estão no ensino superior. Além disso, enquanto 50% das estudantes do ensino superior não possuem vida sexual ativa, para os estudantes do sexo masculino do ensino superior, esse dado é de apenas 20%.

O uso do preservativo foi considerado na prática do ato sexual por 30% das universitárias, tendo sido elas mesmas a decidirem o uso, mas esse método e outros foram descartados por 20% das respondentes. As universitárias consideraram evitar gravidez indesejada o único motivo para decidirem usar contraceptivos, descartando outros riscos envolvidos. Nessa análise, frisamos que as universitárias que não aderiram a nenhum método preventivo no primeiro ato sexual continuam a manter esse comportamento, e assim apontam os motivos de suas decisões:

E9: “Não, porque a **maioria dos anticoncepcionais** me fazem mal” (grifo nosso)

E10: “Não, mas já usei camisinha. Porque **eu só tenho um parceiro e meu parceiro só tem eu**” (grifo nosso).

Quanto ao meio de informação que as estudantes adquiriram conhecimento sobre a importância de se prevenir durante as relações sexuais, 70% informaram que através da escola, 60% disseram que através de campanhas públicas, 50% por meio da TV, 50% através da internet e apenas 20% com a família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que as estudantes apresentam maior resistência para perderem a virgindade. É que metade das estudantes sejam do ensino médio ou do ensino superior ainda não deram início as atividades sexuais. Porém, as participantes do gênero feminino, independente do grau de escolarização analisado, que já são sexualmente ativas, tiveram sua primeira relação em idades semelhantes aos homens que participaram da pesquisa. É possível que, por questões culturais e regionais, os participantes do gênero masculino iniciam primeiro a vida sexual quando comparado as mulheres, entretanto essa linha de investigação ainda precisa ser perseguida.

A maioria dos participantes, entre homens e mulheres, do ensino médio e superior, utilizaram preservativos em sua primeira relação sexual, negando a hipótese de que o gênero masculino é mais

resistente ao uso dos preventivos em sua primeira relação sexual. Aliás, resta claro que os jovens masculinos, mais do que as jovens femininas, optaram pelo uso de preservativos no ato sexual, o que enfraquece a noção geralmente aceita de que os preservativos são apenas usados quando as mulheres assim decidem. Isso pode estar relacionado a questões de gênero, em que o gênero feminino se intimida em sugerir o uso da camisinha.

Em relação ao nível de conhecimento dos(as) participantes para justificarem o uso dos métodos preventivos, entendemos que não houve diferenças nem entre gêneros nem quando consideramos os níveis de escolaridade. Ao contrário, os jovens dessa pesquisa compartilham o mesmo fundamento, que é o de evitar gravidez. Ademais, outra preocupação afirmada é não contrair doenças sexualmente transmissíveis.

Independente do grau de escolaridade, os professores foram lembrados como mais confiáveis para entender assuntos ligados à vivência da sexualidade, e somente depois reconheceram campanhas públicas e programas de TV, e, em último lugar, a família foi lembrada por alguma contribuição nesse campo de assuntos.

À luz da literatura principal, portanto, o tema da diversidade de identidades sexuais é uma parte relevante da educação escolar. Temos clareza de que uma abordagem adequada ajuda os alunos a ter clareza dos seus valores, das atitudes pessoais e, principalmente, da natureza dinâmica da sexualidade.

As concepções equivocadas (impregnadas de mitos e estereótipos) sobre gênero e sexualidade precisam ser esclarecidas. Entendemos que as pesquisas em educação, incluindo educação para a sexualidade, educação moral, educação em saúde, têm acumulado dados que contribuem para compreender mais claramente questões como a diversidade de identidades sexuais, gêneros, relações entre biologia e cultura. Então, esta pesquisa trouxe os principais achados que podem auxiliar projetos das pesquisas na forma de uma abordagem multidisciplinar para favorecer o respeito à diversidade de identidades sexuais e promoção da saúde nas comunidades de estudantes em idade escolar e estudantes em fase da vida universitária.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros curriculares Nacionais. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 571-585, 2001.

ALVES, C. A.; BRANDÃO, E. R. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 661-670, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Educação sexual**: debate aberto. São Paulo: Vozes, 1982.

BORGES, A. L. V.; NAKAMURA, E. Normas sociais de interação sexual entre adolescentes e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.17, n. 1, p. 94-100, 2009.

BORGES, A. L. V.; SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p.499-507, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de rotinas para assistência de adolescentes vivendo com HIV/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 176 p.

BRUSCHINI, C.; BARROSO, C. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, C. et al. **Gravidez na adolescência**. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p. 29-54. (Série Instrumentos para a Ação; n. 6).

CAMARGO, B. V.; BOTELHO, L. J. Aids, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção contra o HIV. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 61-68, 2007.

CARMO, R.; VAN DER SAND, I. C. P. O discurso dos adolescentes sobre vida sexual na adolescência. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 2, p. 417-431, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2001.

FIGUEIREDO, R; ALVES, M. C. G. P.; ESCUDER, M. M.; PUPO, L. R. **Comportamento Sexual**,

Uso de Preservativos e Contracepção de Emergência por Adolescentes do Município de São Paulo - estudo com estudantes de escolas públicas de Ensino. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008. 38 p.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HENRIQUE, V. H. O.; ALEXANDRE, M.; GONÇALVES, K. G.; PASA, M. C. Sexualidade e educação: concepção dos alunos do ensino médio de uma escola pública, MT, Brasil. **Biodiversidade**, v. 13, n. 2, p. 127-136, 2014.

HUGO, T. D.O.; MAIER, V. T.; JANSEN, K.; RODRIGUES, C. E. G.; CRUZEIRO, A. L. S.; ORES, L. C.; PINHEIROS, R. T.; SILVA, R.; SOUZA, L. D. M. Fatores associados à idade da primeira relação sexual em jovens: estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n. 11, p. 2207-2214, 2011.

JARDIM E JARDIM, V. M.; NOMINATO, L. T.; GHETTI, P. A. O.; LAURIANO, M. M.; GADÊLHA, T. A.; SCHMITH, P. M.; MARQUES, V. P.; ABREU, A. M. W. O conhecimento e o uso de preservativo por adolescentes: estudo comparativo em uma escola particular e pública. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 8, n. 1, p. 08-13, 2013.

LIPKIN, A (1999) **Understanding homosexuality, changing schools.** Boulder, CO: Westview Press.

MARTINS, L. B. M.; COSTA-PAIVA, L. H.; OSIS, M. J. D.; SOUSA, M. H.; PINTO-NETO, A. M.; TADÍNI, V. Fatores associados ao uso de preservativo masculino e ao conhecimento sobre DST/AIDS em adolescentes de escolas públicas e privadas do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 2, p. 315-323, 2006.

MASTERS, W.; JOHNSON, V.; KOLODNY, R. **La sexualidad humana.** La Habana: Editorial Científico-Técnica, 1988.

MELLO, P. C. Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml> . Acesso em: 20 ago. 2019.

OSÓRIO, L. C.; **Adolescente hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, D. C.; PONTES, A. P. M.; GOMES, A. M. T.; RIBEIRO, M. C. M. Conhecimentos e práticas de adolescentes acerca das DST/HIV/AIDS em duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. **Revista de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 833-841, 2009.

PAIVA, V.; CALAZANS, G.; VENTURI, G.; DIAS, R. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 45-53, 2008.

PETROVIC, J. E. Moral Democratic Education and Homosexuality: censoring morality. **Journal of Moral Education**, v. 28, n. 2, p. 201-209, 1999.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p.11-19, 1985.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUSA, L. B.; CUNHA, D. F. F.; XIMENES, L. B.; PINHEIRO, A. K. B.; VIEIRA, N. F. C. Conhecimento, atitudes e práticas de mulheres acerca do uso do preservativo. **Revista Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 147-152, 2011.

VARELA, C. M.; RIBEIRO, P. R. C. Educação para a Sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017. p. 11-24.

VIEIRA, M. A. S.; GUIMARÃES, E. M. B.; BARBOSA, M. A.; TURCHI, M. D.; ALVES, M. F. C.; SEIXAS, M. S. C.; GARCIA, M. M. D.; MINAMISAVA, R. Fatores associados ao uso do preservativo em adolescentes do gênero feminino no município de Goiânia. **DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 16, n. 3, p. 77-83, 2004.

XAVIER-FILHA, C. Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Silva; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente: Rio Grande: FURG, 2009. p. 85-103.